

TRE agiliza o julgamento

Malu Pires

O Tribunal Regional Eleitoral julga na próxima quarta-feira os primeiros processos de impugnação de candidaturas e representações contra abuso do poder econômico na campanha eleitoral. A diretoria eleitoral distribuiu ontem aos juízes relatores todos os processos referentes a estas ações e a maioria delas está na pauta da sessão do plenário semana que vem. Até ontem, às 18h00, havia três impugnações à candidatura do ex-ministro da Agricultura, Joaquim Roriz (PTR), ao Palácio do Buriti, uma contra o candidato a deputado distrital do PMDB, Antônio Eustáquio Corrêa, e, outra questionando a indicação de Adonias Silva de Oliveira (PSU) à disputa da Câmara Legislativa.

As representações contra abuso de poder econômico são três e envolvem o candidato à Câmara dos Deputados, Paulo Octávio (PRN). Este tipo de ação pode ocorrer durante todo o processo eleitoral mas o prazo para impugnação de candidaturas dos 95 indicados do Movimento Liberal Progressista — PMDB/PL/PRP/PS — encerrou-se ontem. No próximo sábado termina o prazo de impugnações para os candidatos das demais coligações — Frente Popular (PSDB/PDT/PSB/PCB/PC do B/PEB/PV) e Frente Comunidade — 16 partidos liderados pelo PTR e para os nomes da chapa do PT, PT do B, PMN, Prona, PNT e PN.

Impugnações

Os processos de impugnações impetrados contra a candidatura de Joaquim Roriz são de autoria do PT do B, PL e PSDB e questionam a constitucionalidade de sua indicação tendo como base o Artigo 14, parágrafo quinto da Constituição que afirma: "São inelegíveis para o período subsequente os governadores de Estado e do Distrito Federal". O relator designado para dar seu parecer sobre a questão é o juiz Euclides Reis, no momento em São Paulo para cuidar do seu problema de saúde causado pela hipertensão.

A impugnação da candidatura de Antônio Eustáquio Corrêa (PMDB) foi pedida pelo candidato à Câmara Legislativa do PDT, Eus-

táquio José Ferreira dos Santos. Alegando "má fé" por parte do peemedebista ao usar o mesmo nome eleitoral do pedetista, Eustáquio José Ferreira afirma que seu concorrente "quer colher frutos no pomar alheio", e, apela para o cumprimento da legislação eleitoral, que assegura, dá a ele prioridade no uso do nome "Eustáquio", uma vez que participou do pleito de 1986.

A mesma argumentação é usada pelo candidato a deputado distrital pelo PDC — Adonias Araújo do Prado — para questionar a indicação à Câmara Legislativa de Adonias Silva de Oliveira (PSU). Os dois processos foram distribuídos ao juiz relator Fernando Neves da Silva.

Representações

Os processos de abuso do poder econômico, envolvendo o candidato

a deputado federal Paulo Octávio (PRN), são de autoria do procurador regional eleitoral e representante do Ministério Público, juiz Ítalo Fioravanti Sabo Mendes, do juiz da Fiscalização da Propaganda Eleitoral, Níveo Gonçalves. E, ainda, do candidato do PT a deputado distrital pelo PT, Djalmir Augusto de Assis.

Os três reivindicam uma investigação judicial para saber os custos da campanha do indicado à eleição, do partido a que pertence, e, também a suspensão da sua propaganda nos meios de comunicação.

Os relatores destas ações são: o juiz José Jerônimo Bezerra de Souza — no processo do juiz de propaganda; Joseval Siqueira — no do petista e Deocleciano Queiroga — no do procurador.

Apuração levará cinco dias

O Tribunal Superior Eleitoral descartou ontem a utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral de computadores nas juntas apuradoras dos votos dos 910 mil eleitores do DF nas próximas eleições. Com a decisão, a perspectiva é de que o processo de apuração eleitoral demore este ano cerca de cinco dias, devido ao grande número de candidatos — 581 até ontem. Período considerado desgastante pelos juízes eleitorais, já que mobilizaria mais de cinco mil pessoas durante este tempo e aumentaria as despesas com alimentação e transporte dos mesários.

Para encontrar uma solução para este problema, os 11 juízes das zonas eleitorais de Brasília, se reúnem na próxima sexta-feira para debaterem a questão. Na pauta será discutida a possibilidade da convocação de mais mesários para a ampliação das mesas apuradoras, e, conseqüentemente, diminuição no tempo de apuração. E, também, as necessidades relativas à alimentação e transporte para as pessoas envolvidas no processo. Até mesmo a definição do tipo de lanche ou refeição que será servida

na ocasião será levantada, assim como a embalagem mais prática para os refrigerantes, sucos e água.

Verba

Há pressa na definição destas questões uma vez que implicam em gastos para o Tribunal Regional Eleitoral. A verba de Cr\$ 11 milhões para a realização dos dois turnos do pleito será liberada pelo TSE na próxima semana, já que o diretor geral do TRE Jézer de Oliveira irá esta semana, pessoalmente, ao tribunal superior negociar a sua liberação. "Como o orçamento foi feito em abril em Bônus do Tesouro Nacional (BTN) haverá uma correção no dinheiro destinado às eleições e acredito que dará para cobrir os gastos, ainda que apertado", disse.

A verba para as eleições foi liberada pelo Congresso ao TSE na semana passada. De acordo com declarações de seu presidente, ministro Sidney Sanches, sua intenção é de que, no máximo, até o próximo dia 25, todos os TREs, do País estejam com o dinheiro em caixa. (M.P.)